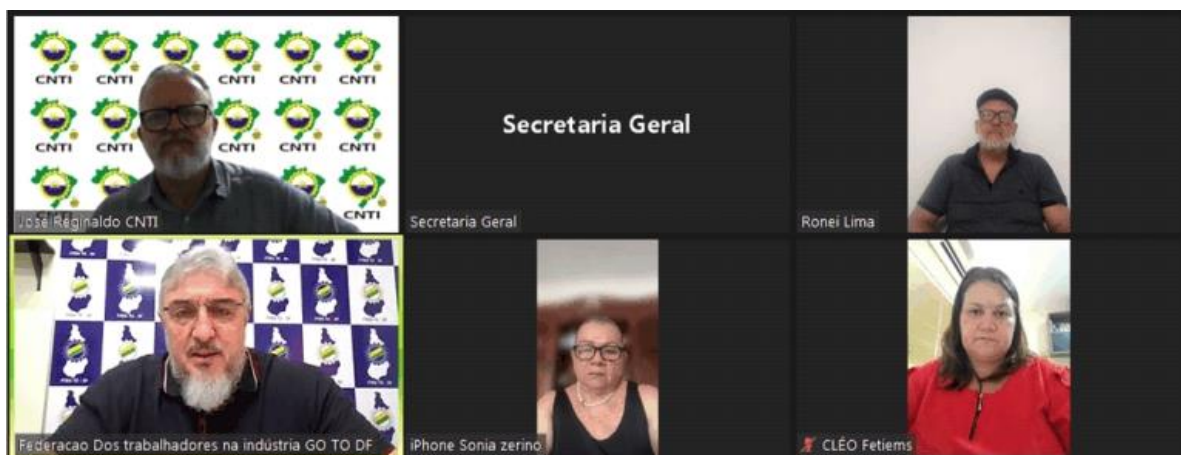


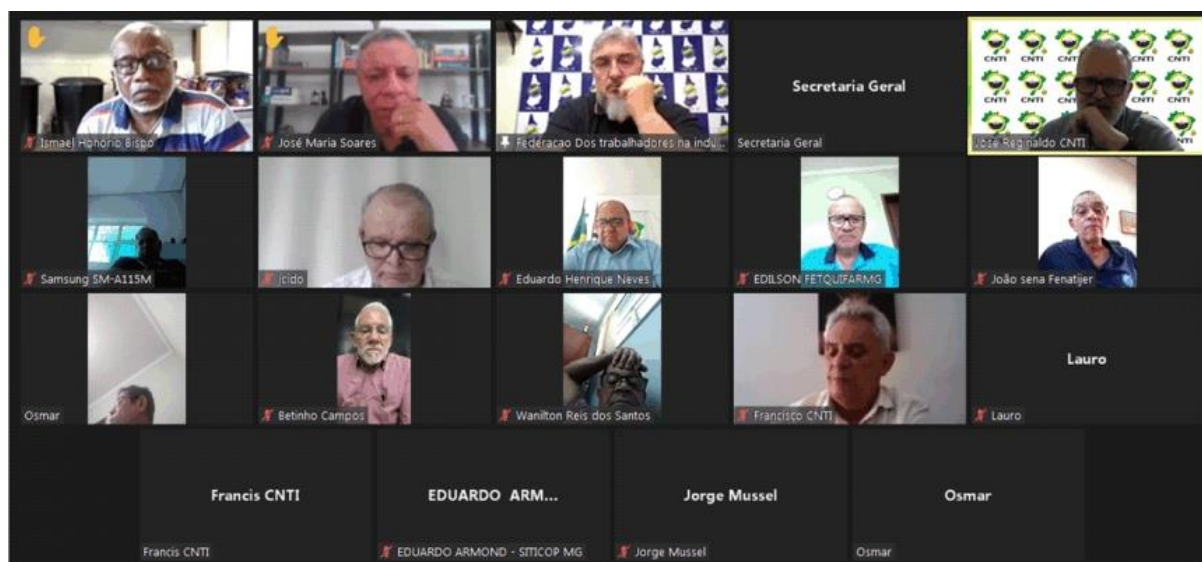
Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2025

Reunião de Diretoria da CNTI com as Regionais e Federações do Centro-Oeste e Sudeste



A Diretoria Executiva, Secretários Regionais das Regiões Centro-Oeste e Sudeste e Federações filiadas à **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI** realizaram nesta segunda-feira (17), reunião virtual para debater o planejamento de ações para o exercício de 2025, os atos da Diretoria desde o início de seu mandato, além de informes administrativos e políticos.

Participaram na parte da manhã: Jose Reginaldo, Presidente da CNTI, Sonia Zerino, Secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso, Pedro Luiz Vicznevski (Pedrão), Secretário de Finanças da CNTI e Presidente da FETIAEG-TO-DF, Ronei de Lima, Secretário da Região Centro-Oeste e Presidente da FTI do Estado do Mato Grosso e Cleoni Bortolli, Presidente da FTI do Estado do Mato Grosso do Sul.



Participaram na parte da tarde: Jose Reginaldo, Presidente da CNTI, Pedro Luiz Vicznevski (Pedrão), Secretário de Finanças da CNTI e Presidente da FETIAEG-TO-DF, Eduardo Henrique Neves, Secretário Regional da CNTI/Sudeste, Ismael Honório Bispo, representando a FTI do Papel de MG, Edilson Maia Filho, Presidente da FTI Químicos de MG, José Maria Soares, Presidente da FTI Extrativas de MG, João José Sena, Presidente da FENATIJER, João Aparecido Lima, Presidente da FTI Vestuário de SP, José Francisco Filho, Conselheiro Fiscal da CNTI e representante da FETIVICO, José Roberto Campos Júnior, Presidente da FTI do Papel de SP, Lauro Queiroz Rabelo, Presidente da FTI do Estado do Espírito Santo, Waniilton Reis dos Santos, Conselheiro Fiscal da CNTI, Eduardo Armond, Presidente da FTI Urbanas de MG, Jorge Mussel, Presidente da FTI Vestuário do RJ e Osmar Pereira de Azevedo, representando a FTI Químicos de MG.

**Editorial****STF impõe duro golpe contra a classe trabalhadora**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (**CNTI**) não pode se calar diante de mais um capítulo trágico na história da luta pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros. A decisão do Supremo Tribunal Federal (**STF**), tomada no dia 13 de fevereiro, representa um retrocesso sem precedentes para milhões de brasileiros(as) que dependem da terceirização para garantir o sustento de suas famílias.

Ao isentar os governos federal, estaduais e municipais da responsabilidade pelo pagamento de direitos trabalhistas quando empresas terceirizadas descumprem suas obrigações, o STF não apenas lavou as mãos diante da injustiça, mas também abriu as portas para que a precarização do trabalho se torne ainda mais cruel e desumana.

A decisão, que tem repercussão geral e afeta todo o país, transfere para o trabalhador, sindicatos ou Ministério Público o ônus de provar que a administração pública falhou na fiscalização das empresas terceirizadas. Ou seja, além de enfrentar a dor de não receber salários, verbas rescisórias ou FGTS, o trabalhador terá que arcar com a difícil tarefa de comprovar que o poder público sabia da irregularidade e nada fez para corrigi-la.

É inaceitável que o dinheiro público, arrecadado por meio de tributos pagos pela população, seja utilizado para remunerar empresas que fraudam a lei e exploram trabalhadores, sem que haja qualquer responsabilização do Estado. A decisão do STF, na prática, autoriza que recursos públicos sejam desviados para bolsos privados, enquanto trabalhadores e trabalhadoras são deixados à própria sorte, sem salários e sem dignidade.

O caso julgado pelo STF é emblemático: um trabalhador do setor de limpeza, que prestava serviços essenciais à comunidade, foi privado de seus direitos mais básicos pela empresa terceirizada. Em vez de garantir que o dinheiro público fosse utilizado para fins públicos, o STF optou por proteger o poder

público e o capital, em detrimento daqueles que mantêm o país funcionando.

Essa decisão não é apenas uma afronta aos trabalhadores e às trabalhadoras terceirizados, mas a toda a sociedade. Ela reforça um sistema perverso em que o lucro de poucos prevalece sobre a dignidade de muitos. Ao isentar o Estado de sua responsabilidade, o STF legitima a exploração e a impunidade, condenando milhões de pais, mães e jovens a uma vida de incertezas e humilhações.

A CNTI se manifesta veementemente contra essa decisão e reafirma seu compromisso com a luta por justiça e dignidade para todos, trabalhadores e trabalhadoras. Não podemos aceitar que o Judiciário, que deveria ser o guardião da Constituição e dos direitos fundamentais, se torne cúmplice da precarização e da injustiça.

É hora de unir forças, mobilizar a sociedade e exigir que o Estado cumpra seu papel de garantir os direitos trabalhistas, a proteção social do trabalho, independentemente de quem seja o empregador. A luta por um trabalho digno e justo não pode parar. A CNTI seguirá na linha de frente, defendendo os interesses dos(as) trabalhadores(as) e denunciando as injustiças que tentam silenciar a voz daqueles que constroem o Brasil todos os dias.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

Em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, sempre!

Economia do país cresce 3,5% em 2024, diz FGV

PIB alcança R\$ 11,655 trilhões

© Marcello Casal Jr / Ag Brasil



A economia brasileira cresceu 3,5% em 2024, de acordo com estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O dado foi divulgado nesta segunda-feira (17) pelo Monitor do PIB, estudo que traz a prévia do comportamento do PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

Em dezembro, a expansão foi de 0,3% em relação a novembro. Já o quarto trimestre teve alta de 0,4% ante o terceiro trimestre, apontando desaceleração, já que no segundo e no terceiro trimestre as expansões tinham sido maiores (1,4% e 0,8%, respectivamente).

No acumulado de 2024, houve crescimento em todos os componentes da economia, exceto a agropecuária (queda de 2,5%), que foi a locomotiva de 2023.

**Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2025**

“A indústria, os serviços e o consumo das famílias apresentaram resultados ainda melhores em 2024 dos que os já elevados crescimentos registrados em 2023. Pode-se afirmar que em 2024, em termos de atividade econômica, o Brasil teve um ótimo resultado”, avalia a coordenadora da pesquisa, a economista Juliana Trece.

Com este resultado, o Brasil soma quatro anos seguidos de crescimento da economia. A última queda foi de 3,3% em 2020. Em 2023, o PIB teve expansão de 3,2%.

Fonte: Agência Brasil

Revisão da vida toda: relator vota contra devolução de valores

Nunes Marques rejeitou recurso que questiona a decisão do STF, que anulou a possibilidade de revisão das aposentadorias pelo INSS

Foto: Carlos Moura/SCO/STF

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou contra a devolução dos valores recebidos por pessoas que foram beneficiadas em ações judiciais sobre o caso, conhecido como a “revisão da vida toda”, de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



Nunes Marques, relator do caso, votou para rejeitar um recurso que questiona a decisão da Corte, tomada em março do ano passado, que derrubou a possibilidade, de revisão da vida toda, de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O ministro entendeu que as regras aprovadas pelo Supremo valem apenas para aqueles que receberam as verbas até 5 de abril de 2024, data da publicação da ata do julgamento que derrubou a tese.

“Não colherão êxito eventuais cobranças feitas pelo INSS em face dos segurados ou sucessores, referentes a valores recebidos a maior [quando o contribuinte paga mais do que deve] até a data de 5 de abril de 2024, em decorrência de decisões judiciais favoráveis à Revisão da Vida Toda”, afirmou o ministro da decisão.

A Corte julga o recurso apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). O caso é analisado em sessão virtual, que começou nesta sexta-feira (14). O julgamento vai até dia 21 de fevereiro. No formato, não há debate entre os ministros e os votos são apresentados num sistema eletrônico.

No voto, Nunes também determinou que a Corte encerre a tramitação da ação, para que o Supremo não receba novos questionamentos em relação ao caso.

Em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou o entendimento que permitia a revisão das aposentadorias. A Corte estabeleceu um cálculo único, e obrigatório, para a concessão dos benefícios, eliminando a possibilidade do segurado escolher a fórmula mais vantajosa.

Na decisão, por 7 votos a 4, os ministros concluíram que os aposentados não podem optar pela regra mais favorável ao calcular os respectivos benefícios. Na prática, isso revogou a chamada “revisão da vida toda”, que havia sido validada pelo STF em 2022.

Até então, os trabalhadores podiam escolher a regra que considerassem mais vantajosa, incluindo contribuições feitas ao longo de toda a vida profissional. A medida buscava evitar prejuízos decorrentes da alta inflação, antes da implementação do Plano Real.

Fonte: CNN Brasil

Se liga, não é só política e economia. É também comunicação – Marcos Verlaine

Voltamos ao debate sobre a centralidade da comunicação em tempos de plataformas digitais, em que milhões estão permanentemente on-line. E o fato de que a tríade: política, economia e comunicação, sempre estiveram presentes no debate público. Só que agora, a comunicação tem peso semelhante às outras 2 variáveis.



A Coca-Cola ou a Nike precisa de propaganda?! Em tese não, já que são marcas, dentre as mais conhecidas, mundialmente conhecidas e consumidas no mundo, independentemente de propaganda. Mas precisa sim, porque a “propaganda é a alma do negócio”.

Em tempos “internéticos”, em que todos se comunicam sem mediações, a comunicação e a propaganda assumiram papéis relevantíssimos. Ignorar esse fato é incorrer em erro crasso. Há muitos e variados exemplos disso.

Velhas teorias sobre comunicação de massas, como as citadas na epígrafe deste texto foram reavivadas e turbinadas, com os meios digitais.

Comunicação e propaganda na política

A política, a gestão e o debate públicos necessitam da comunicação e da propaganda para expressarem



ideias, rumos, objetivos e o que está em curso. No debate público, estes elementos — política e gestão — estão num contexto de convencimento para conquista. Daí deriva a necessidade, permanente, de essas ferramentas serem utilizadas sem moderação.

É isso que a extrema-direita tem feito e, diga-se de passagem, com muita competência. Aqui, a referência não é sobre o conteúdo, mas a capacidade de “informar” ou “desinformar” o grande público. E influenciar nas chamadas “guerra de narrativas” e “guerra cultural”. Sobre essas 2 “guerras” há este artigo específico.

Vamos aos exemplos fáticos e as evidências.

Como um presidente de governo tão ineficaz e incompetente, em todos os sentidos, quase foi reconduzido? E segue, em diferentes níveis, resistindo ao tempo e às evidências de que foi trágico no exercício da Presidência da República e na gestão pública.

Como um governo que é infinitamente melhor que o anterior, em todos os sentidos, segue sendo rejeitado pela metade dos eleitores?

— Em razão de a comunicação e a propaganda, que a extrema-direita faz com mais competência que o governo e a esquerda.

Lembrem-se o que fez o jovem deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) em relação às medidas anunciadas pelo governo sobre o PIX. É claro, teve bela ajuda do algoritmo, que foi manipulado para ter o resultado desejado. Entretanto, devemos admitir que o governo foi negligente quanto à comunicação e à propaganda sobre a iniciativa. O resultado todos conhecem.

“Guerra de narrativas”

O debate público está submetido à chamada “guerra de narrativas” — que é conflito entre diferentes versões da mesma história —, que em grande medida o desqualifica. E, assim prevalece quem tem mais capacidade de fazer o ponto de vista prevalecer, nas redes, que ganha as ruas.

Para mudar esse quadro é preciso politizar a gestão e o debate públicos. Por exemplo, o governo anterior passou 4 anos sem dar aumento real ao salário mínimo. O atual já proporcionou 2 aumentos reais ao mínimo. Todavia, o governo atual não explora esses 2 fatos antagônicos a seu favor.

Velhas teorias e a contemporaneidade

Nesses tempos pós-modernos, 2 teorias sobre comunicação de massas foram reavivadas, com força: a de que “O meio é a mensagem” e a da “teoria da pedra no lago”. Esta é sobre os chamados “influenciadores”.

A expressão “O meio é a mensagem” é do teórico da comunicação canadense Marshall McLuhan. A frase sugere que o meio de comunicação é tão importante quanto o conteúdo transmitido.

McLuhan acreditava que os meios de comunicação são extensão do corpo humano e que a evolução das culturas é ditada pelas novas tecnologias. Para ele, as pessoas e as sociedades são mais modificadas pela forma e estrutura da tecnologia do que pelo conteúdo.

A expressão “O meio é a mensagem” aparece no título do primeiro capítulo do livro “Understanding Media: The Extensions of Man” — Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem —, publicado em 1964.

O conceito de McLuhan foi aplicado em discussões sobre tecnologias como a televisão e a internet.

Tempos de “influenciadores”

Quando se joga uma pedra na água, forma-se, no ponto em que essa cai, perturbação em forma de círculo que se alarga com o passar do tempo: sobre a superfície da água é criada onda que se propaga rumo ao exterior.

Os que influenciam hoje — os chamados formadores de opinião em tempos pós-modernos — não são, necessariamente, os que têm mais conteúdo ou capacidade intelectual. São os com mais capacidade de se comunicar, nessa selva das redes digitais, sem mediações.

O influenciador Renato Amoedo, mais conhecido nas redes como Renato Trezoião, gerou polêmica ao defender que o fim da escravidão no Brasil foi erro cometido pela monarquia contra os “empresários” da época. Durante a participação dele no Podcast Três Irmãos, em 27 de novembro, o influenciador afirmou que “um dos grandes motivos do império ter acabado foi a revogação de propriedade”, se referindo aos negros como bens.

A transmissão gerou grande repercussão e foi amplamente criticada pelas declarações sobre a escravidão e a abolição.

Trezoião, que se apresenta como anarcocapitalista e redpill — ideologias que defendem a extinção do Estado e a regulamentação exclusiva do mercado, além de pregar o masculinismo em oposição ao feminismo —, tem sido figura controversa nas redes. Autor do livro “Bitcoin Red Pill”, ele também associa o uso de criptomoedas à ideia de libertação dos homens.

Marcos Verlaine - É jornalista, analista político e assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Fonte: Diap